Edição 35 - Julho 2014 I www.apubh.org.br

jornal da apubh

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

IMPRESSO ESPECIAL
9912263184/10/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS
IMPRESSO FECHADO
PODE SER ABERTO PELA ECT
Devolução Garantida
CORREIOS

Diretoria da Apubh se reúne com o MEC para discutir irregularidades no corte de pagamento de professores

pág. 12



Simone Ribeiro

NOTÍCIAS
Lançado sistema de acesso ao acervo bibliográfico e documental da Apubh

Pág. 17

NOTÍCIAS
Saiba mais sobre o **Clube de Benefícios**: Vantagens para os filiados

Pág. 06

UFMG EM IMAGENS

Aprovada a construção do **Ponto de Encontro do Professor - PEP**

Pág. 04

NOTÍCIAS



Nova diretoria da Apubh toma posse

Pág. 20

JURÍDICO

A Apubh ingressará com ação coletiva questionando a revisão e redução dos adicionais de insalubridade/periculosidade

Pág. 06

Apubh obtém vitória na justiça pelo direito às férias de docentes afastados para pós-graduação.

pág. 9

Confira o Balanço da Gestão da Diretoria 2012-2014

pág. 13

\o/ expediente

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2014-2016
Rua Artur Itabirano, 65 – São José/ Pampulha – Cep.: 31275 020 – Tel.: (31) 3441-7211 Fax: 3441-1303
www.apubh.org.br – apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva:

- Presidente: José de Siqueira
- 1º vice-presidente: Carlos Barreira Martinez
- 2º vice-presidenta: Marta de Oliveira Pimentel
- Secretário-Geral: Dalmir Francisco
- Vice-Secretário-Geral: Giovane Azevedo
- Diretor de Finanças: Armando Gil Magalhães Neves
- Vice-Diretora de Finanças: Otávia Fernandes de Sousa Rodrigues
- 1º Suplente: Augusto Afonso Guerra Júnior
- 2º Suplente: Mauro Passos

Diretorias Setoriais:

- Ciência e Tecnologia: José Antônio Gonçalves Miranda e Leidivan Almeida Frazão
- Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado
- Política de Ensino Básico e Profissional: Fábio Costa Pedro
- Diretoria de Política Educacional: Paulo César da Costa Pinheiro
- Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Seguridade Social: Débora Torres Mendes de Oliveira
- Diretoria de Etnia, Gênero e Classe: Francinete Veloso
- Diretoria de Comunicação: Accacia Júlia Guimarães Perreira Messano
- Política Sindical: Rosângela Carrusca Alvim

Jornal da APUBH

- Comissão Editorial: José de Siqueira e Dalmir Francisco
- Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo Jornalista - MTB 11455/MG
- Editoração eletrônica e ilustrações: Lucas Daian
- Tiragem: 3 mil exemplares

« memória



Acervo da Apubh

Durante a greve de 1998, o comando local de greve organizou um abraço ao campus da UFMG, que contou com a participação de professores, técnico-administrativos e estudantes.

O MÊS: ...
O ANO: 1998
O FATO: Abraço à UFMG

editorial

É com grande alegria que iniciamos o mandato desta gestão 2014-2016 com a 35º edição do Jornal da Apubh. Primeiramente, queremos agradecer a confiança dos mais de 1000 filiados que votaram e expressaram, inequivocamente, seu apoio à nossa gestão. Nosso trabalho à frente da Apubh terá, como prometemos em campanha, o interesse exclusivo do associado, sem interferências político- partidárias.

Nesta edição, além do balanço da gestão 2012-2014, apresentamos matéria sobre o Seminário Latino-americano sobre Autonomia Universitária, realizado nos dias 10 e 11 de abril, organizado pelo Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e do Caribe, IPE-ALC, que contou com a presença dos presidentes do IPE Argentina, IPE Bolívia e IPE Peru, além de professores do Equador, da Colômbia e do Brasil, para discutir a autonomia universitária em nossos países. A constatação, unânime, dos participantes, é que a autonomia universitária, em nossos países, está sendo atacada por todos os governos, independentemente de ideologias. O que temem tanto os governos que atacam a autonomia universitária?

Tomamos posse no dia 30 de maio de 2014 e já iniciamos nosso trabalho, nos reunindo no MEC, em Brasília, com os responsáveis pela legislação, afim de esclarecer porque direitos dos professores, sobretudo aposentados, têm sido retirados sem base legal. É terrível ouvir dos funcionários do ministério ao qual estamos vinculados que estes apenas obedecem ordens do MPOG. O problema é que o MPOG tem se valido de Orientações Normativas para justificar os cortes de direitos garantidos por lei, em flagrante ilegalidade. É exatamente a mesma razão pela qual são cortados os adicionais de insalubridade e periculosidade dos professores da UFMG. Esperamos encontrar um entendimento com os responsáveis por esses cortes, tanto no MEC, quanto no MPOG, já que são ilegais. A justiça é sempre uma opção, mas como as ações têm demorado cerca de 2 décadas para que a justiça decida algo, essa deve ser o último recurso.

Tivemos uma boa notícia com relação à ação dos 3,17%, que já transitou em julgado, etapa em que todos os recursos foram esgotados. Com isso, a ação retornou de Brasília para Belo Horizonte, onde iniciaremos a etapa de execução, em que são apresentados os cálculos devidos a cada participante da ação. Em breve, esperamos ter notícias melhores ainda, com o pagamento dos valores devidos dos juros de mora e correção monetária para quem entrou com a ação na justiça.

Nesta gestão, iremos construir o Ponto de Encontro do Professor - PEP, no campus Pampulha. A Congregação da Escola de Engenharia aprovou o projeto proposto pela Apubh, em terreno a ser cedido em comodato pela Escola de Engenharia. Conheça o projeto nessa edição. Dessa forma, a Apubh estará presente no dia a dia do professor, oferecendo-lhe um espaço para encontro com os colegas de todas as unidades, seja durante o horário do almoço, seja para um happy hour.

Com essa edição do Jornal da Apubh, inauguramos nossa gestão. Boa leitura!

José de Siqueira, presidente da Apubh, gestão 2014-2016.

UFMG em imagens:	Página 04
Campus UFMG:	Página 05
Jurídico:	Páginas 06 a 11
Notícias I:	Páginas 12 a 14
CAPA:	Páginas 15 e 16
Opinião:	Página 17
Notícias II:	Páginas 18 a 20

UFMG em Imagens

Frente



Interna 1



Interna 2



Aérea



Fundo



Projeto PEP Apubh

Ponto de Encontro do Professor – PEP é aprovado pela Congregação da Escola de Engenharia

Em 09 de maio de 2014, foi aprovada pela Congregação da Escola de Engenharia da UFMG, a construção do Ponto de Encontro do Professor – PEP/ APUBH. A notícia da aprovação foi comunicada pelo professor Alessandro Fernandes Moreira, vice-diretor da Escola de Engenharia, via ofício.

De acordo com a diretoria do sindicato, o local será um ambiente de convívio social entre professores filiados e seus convidados, para ser utilizado como sala de leitura ou descanso, pausa para o café, happy-hour, espaço de confraternização, local privilegiado para troca de informações, discussão de projetos entre os docentes, bate papo, entre outras atividades.

A discussão sobre o projeto foi iniciada em 2010 com a reitoria da UFMG e a Pró-Reitoria de Planejamento. O projeto já está pronto e encaminha-se para a fase de orçamento e definição de prazos para execução. Confira ao lado as imagens do futuro PEP.

campus ufmg

Autonomia, sem democracia, não é autonomia





Simone Ribeiro

Seminário contou com a participação de docentes de seis países

"As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". É o que diz o artigo 207 da Constituição federal Brasileira de 1988. Mas, 26 anos depois, a autonomia ainda é um problema a ser resolvido pelos dirigentes e a comunidade das instituições federais de ensino do país. E a situação é semelhante nos países da América Latina e Caribe, conforme constatou-se no diálogo estabelecido pela Apubh com entidades sindicais destes locais. Por isso, o Instituto de Pesquisas em Educação – IPE- ALC promoveu o Seminário Latino-americano sobre autonomia universitária, nos dias 10 e 11 de abril, na Escola de Engenharia da UFMG.

Participaram do seminário docentes e representantes de sindicatos do Brasil, Equador, Bolívia, Peru, Colômbia e Argentina. Já na mesa de abertura, os participantes destacaram a importância de se discutir a autonomia em busca de soluções para o processo lento e burocrático de sua implementação no âmbito acadêmico.

Foi consenso entre os palestrantes e participantes do seminário a compreensão de que a autonomia, embora prevista na constituição, leis educacionais e diretrizes curriculares dos países, não se efetiva, por injunções políticas. Tal fato gera um entrave na autonomia das universidades.

Para o professor colombiano, Gonzalo Arango, a autonomia universitária é fundamentalmente uma questão de política, pois é construída no confronto entre o poder econômico, político e militar e o poder ideológico. É uma tensão permanente entre os poderes.

Ainda de acordo com Arango, "a democracia é a forma política para garantir o exercício da autonomia universitária. Autonomia sem democracia não é autonomia". Esta visão foi compartilhada por Neide Dantas, do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino – Sindifes, que ressaltou que autonomia e democracia andam juntas, pois a primeira só se realiza com a segunda. E que democracia nas universidades não se restringe apenas ao voto.

Neide apresentou o projeto dos servidores técnico-administrativos para uma universidade mais solidária e cidadã. O documento preconiza a importância da democratização do conhecimento e do acesso das pessoas ao ensino em uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Processos que estão em curso com a criação dos institutos federais de ensino, que é evolução num sentido de democratização da gestão; de cursos noturnos e a interiorização crescente nas universidades. E também ressaltou a necessidade de pensar e refletir sobre o papel estratégico das instituições no desenvolvimento da sociedade.

Na manhã do dia 11/04, o professor Mário Luiz Vieira de Azevedo, da Universidade Estadual de Maringá, proferiu a palestra "Autonomia Universitária e Democracia: superando a retórica da intransigência", em que abordou o sentido de universidade e da autonomia. Azevedo ressaltou que se deve ter nas universidades uma autonomia de vida, de vivências e de estudos. Mas desenvolvida em uma universidade democrática, em que a educação é vista como um bem comum, um bem público.

Para os participantes do seminário, a conquista da autonomia universitária está ligada ao longo processo de luta dos trabalhadores do setor de educação e dos estudantes. O modelo de autonomia implantado nas universidades depende das características próprias de desenvolvimento e das políticas de educação de cada país.

jurídico

Flávia da Cunha Pinto Mesquita
Assessora jurídica da APUBH
Integrante do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados

Novo cenário das ações coletivas propostas pela Apubh

Diante da concessão do registro sindical pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS – APUBH (publicado em 23/10/2013), as ações coletivas propostas já podem ser feitas por substituição processual, o que significa dizer que toda a categoria será beneficiada e não somente os filiados.

Desse modo, desde as ações coletivas anunciadas pelo Boletim Especial Jurídico – Edição 34 de outubro de 2013, uma em favor dos professores Titulares e outra em favor de todos os docentes que têm créditos a receber da UFMG, a APUBH tem se valido do entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a substituição processual pelo sindicato é ampla, prescindindo da autorização outrora exigida de seus filiados.

A Apubh ingressará com ação coletiva questionando a revisão e redução dos adicionais insalubridade/periculosidade

A APUBH ingressará com nova ação judicial coletiva perante a Justiça Federal de Minas Gerais para questionar a validade da ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 6 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG que resultou na revisão do percentual pago dos adicionais referidos e em alguns casos até supressão dos pagamentos aos docentes da UFMG.

Além disso, e tendo em vista que a citada ORIENTAÇÃO NORMATIVA repete, em grande parte, os termos da ORIENTAÇÃO NORMATIVA anterior, de nº 2, também será pedido nessa ação o restabelecimento do pagamento dos adicionais segundo os critérios utilizados anteriormente à vigência das citadas orientações.

Entre os principais argumentos que serão apresentados na ação estão a impossibilidade de restrição de direitos por meio de Orientações Normativas e a violação às leis que tratam da concessão das vantagens em questão.

Desse modo, pedimos aos professores que estão na ativa e que foram atingidos por essas Orientações para encaminharem três contracheques, sendo: um em que conste o pagamento do adicional; outro contendo o corte do adicional ou sua redução, conforme o caso; e um contracheque atual.

E, caso possuam, poderão trazer também cópia do processo administrativo aberto na UFMG que resultou na redução ou na supressão do adicional ou do laudo emitido pela UFMG noticiando tal ocorrência.

Os documentos deverão ser entregues **até o dia 27 de agosto de 2014**, na sede da APUBH.

jurídico

Decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal em ação coletiva proposta pela Apubh transita em julgado.

Ação coletiva dos 3,17% beneficiará inúmeros filiados. Créditos serão apurados.

O Tribunal Regional Federal da 01ª Região – TRF1, em 16/04/2008, proferiu decisão favorável na citada ação, ajuizada pela APUBH por representação processual de seus filiados, na qual condenou a UFMG "a pagar aos filiados da autora o reajuste de 3,17% sobre os seus vencimentos, desde janeiro/95 até janeiro/2002, por força da MP nº 2.225/2001, devendo ser compensadas as parcelas que, porventura, já tenham sido comprovadamente pagas na esfera administrativa. Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária desde o vencimento de cada parcela, bem como juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, até o advento da MP. nº 2.180-35/2001, a partir de quando passam a correr à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês".

O processo, que aguardava julgamento do Recurso Especial nº 1168682 pelo Superior Tribunal de Justiça, visando à majoração da taxa de juros para 1% ao mês, transitou em julgado agora no dia 05/05/2014, mantendo a decisão proferida pelo TRF1.

Desse modo, como a decisão anteriormente destacada tornou-se definitiva, em 09/06 do corrente ano o processo retornou para a 13ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais – Foro de Belo Horizonte, onde será dado início à fase de apuração dos créditos, para pagamento pela UFMG, o que se denomina execução de sentença.

Os filiados, beneficiados pela decisão, serão contatados pela APUBH para autorizarem a realização de perícia, providenciarem os contracheques relativos ao período de janeiro de 1995 a dezembro de 2009, além de assinarem novas autorizações e/ou procurações.

A lista contendo os beneficiários dessa ação pode ser consultada na sede da APUBH.

Por fim, **com o objetivo de evitar que essa notícia seja utilizada de forma indevida por pessoas de má fé,** informe-se que a documentação necessária para a execução, incluindo a autorização/procuração e o pagamento da perícia **deverão ser entregues pessoalmente na sede da APUBH,** que fica na rua Arthur Itabirano, nº 70. O filiado não deverá entregar essa documentação a quaisquer outras pessoas e nem mesmo a advogados. Da mesma forma, não deve fazer qualquer depósito prévio em conta bancária, sendo que os honorários advocatícios somente serão descontados por ocasião da disponibilidade do crédito na Justiça Federal, o que se dá no momento do saque da ordem judicial de pagamento.

Fonte: Geraldo Marcos & Advogados Associados, com informações do Processo nº 1999.38.00.021149-3 (Nova Numeração: 0021102-96.1999.4.01.3800), do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

>> Página 7

jurídico

A APUBH ingressará com ação coletiva questionando a supressão da VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – das Remunerações dos Professores

A APUBH ingressará com nova ação judicial coletiva perante a Justiça Federal de Minas Gerais para questionar a supressão da VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – da remuneração dos professores aposentados e na ativa da Universidade Federal de Minas Gerais.

A Universidade tem se baseado em entendimento manifestado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para efetuar tais cortes. Segundo tal entendimento, a VPNI tem sua natureza jurídica estabelecida nos termos do artigo 103 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, e está sujeita à supressão gradual.

Art. 103. Todo servidor que estiver percebendo vencimento, salário ou provento superior ao fixado para o cargo nos planos de classificação e remuneração, terá a diferença caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificável, a qual em nenhuma hipótese será aumentada, sendo absorvida progressivamente pelos aumentos que vierem a ser realizados no vencimento, salário ou provento fixado para o cargo nos mencionados planos.

Assim, aquelas VPNIs que foram acrescidas à remuneração dos professores a fim de garantir a irredutibilidade de seus vencimentos realmente devem ser absorvidas pelos reajustes advindos com as sucessivas reestruturações da carreira. Tais VPNIs normalmente aparecem nos contracheques dos servidores sob a rubrica "VPNI – Irred. Rem. Art. 37 – XV CF/AP" e serão suprimidas assim que a remuneração do servidor atingir o patamar anterior à reestruturação da carreira.

Ocorre, contudo, que existem outras espécies de VPNIs que foram acrescidas à remuneração dos professores por diversas razões, como por exemplo, em função da redução do percentual de adicional de insalubridade pago. Nestes casos, a VPNI não poderá, em hipótese nenhuma, ser suprimida das remunerações, estando sujeita aos mesmos percentuais de revisão de vencimentos.

A UFMG não tem efetuado a diferenciação de tais parcelas, suprimindo, indiscriminadamente, todas as VPNIs, razão pela qual a Diretoria da APUBH entende necessária a propositura de Ação Coletiva visando corrigir a situação, garantindo o pagamento da VPNI aos professores que a ela façam jus.

Desse modo, pedimos aos professores que recebiam a VPNI em modalidade diversa daquela que se destina a garantir a irredutibilidade de vencimentos e que tenham sido atingidos pela medida para nos encaminharem o último contracheque em que consta o pagamento da VPNI e todos os contracheques posteriores ao corte da vantagem.

Os documentos deverão ser entregues até o dia 27 de agosto de 2014, na sede da APUBH.

CORREÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS AO FGTS EM RAZÃO DA INADEQUABILIDADE DA TR

Os saldos depositados nas contas vinculadas ao FGTS devem ser corrigidos pela aplicação de duas taxas: a primeira refere-se à valorização do saldo do FGTS por meio da capitalização de juros à taxa de 3% ao ano, enquanto a segunda diz respeito à correção monetária através da aplicação da Taxa Referencial – TR, em vigor desde 1991.

Contudo, a adoção da TR, como fator de atualização, tem se revelado, **desde janeiro de 1999**, prejudicial aos trabalhadores na medida em que ela tem sido seguidamente superada pelos índices oficiais de inflação como o INPC e o IPCA-e. De tal modo, tem se apresentado inadequada como índice de correção monetária, razão pela qual a via judicial mostra-se como meio eficaz pelo qual o empregado/servidor receba as diferenças decorrentes da correta aplicação do índice que melhor reflita a inflação, sobretudo a partir de janeiro de 1999.

Assim, aqueles servidores que trabalham ou trabalharam no regime de 20 horas ou no de 40 horas, sem dedicação exclusiva e que possuem ou possuíram vínculos empregatícios com a iniciativa privada e conta de FGTS ativa à partir de janeiro de 1999 ou ainda os estrangeiros não naturalizados que possuem conta de FGTS na UFMG poderão procurar a assessoria jurídica da APUBH para proporem ação em face da Caixa Econômica Federal, perante a Justiça Federal.

Os interessados deverão procurar a assessoria jurídica durante os plantões que acontecem na sede da APUBH nas segundas, de 10 as 13 hs e nas quartas, de 15 as 18 hs.

>> Página 8

jurídico

MAIS UMA VITÓRIA DA APUBH: DOCENTES AFASTADOS PARA PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO TÊM GARANTIDO O DIREITO ÀS FÉRIAS

Em maio de 2013, a APUBH, através de sua Assessoria Jurídica e na condição de representante processual de seus filiados, propôs a Ação Coletiva nº 23675-19.2013.4.1.3800 visando garantir o usufruto de férias, bem como o pagamento do respectivo adicional (terço constitucional) aos docentes afastados ou licenciados para a realização de programas de pós-graduação ou capacitação.

Ao analisar a questão, o Juiz da 16ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais dispôs que o direito às férias do servidor público encontra-se amparado constitucionalmente e está devidamente regulamentado pela Lei nº 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

Assim sendo, o Juiz concluiu que não há dúvidas de que o período de capacitação é tempo de efetivo exercício da docência, razão pela qual os representados pela APUBH têm direito ao gozo de férias relativo ao afastamento e, consequentemente, à percepção do respectivo adicional.

Salientou ainda que a Portaria Normativa da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e a Nota Técnica nº 433, relativas ao não pagamento de adicional de férias aos servidores afastados, são nulas.

De tal modo, o Juiz determinou que a UFMG se abstivesse de causar medida restritiva ao direito de férias dos docentes independentemente de estarem afastados para estudo ou pós-graduação e desde que preencham os requisitos para tanto. Condenou, ainda, a UFMG a pagar as parcelas devidas à título de adicional de férias, acrescidas de juros e correção monetária.

Ressaltamos que, desta sentença, a UFMG poderá apresentar recurso para o Tribunal Regional Federal, em Brasília.

Por fim, importante destacar que a UFMG tem insistido na observância de orientações normativas emitidas pelo Ministério de Planejamento que não raras vezes restringem direitos assegurados por Lei, tal como ocorreu na situação presente. Por isso e considerando ainda que o Juiz determinou que a decisão atingirá somente os filiados que fazem parte da ação, pode ser que haja necessidade de interposição de nova ação coletiva pela APUBH, desta feita, por substituição processual, considerando a concessão do registro sindical.

Os filiados não beneficiados por essa decisão e que se encontrarem em idêntica situação poderão buscar orientações nos plantões jurídicos da APUBH, que ocorrem todas as segundas, de 10h as 13h, e as quartas, de 15h as 18h, na sede da entidade.

jurídico

APOSENTADOS: ENTENDAM O PAGAMENTO DA VANTAGEM DO ARTIGO 192 DA LEI 8.112/1990*

Vantagem já revogada assegurava o pagamento dos proventos na classe superior àquela em que o servidor se aposentava ou acrescidos de uma diferença

A vantagem remuneratória disposta pelo revogado artigo 192 da Lei 8.112/1990, assim era prevista:

"Art. 192. O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado:
I - com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado;
II - quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente superior."

Nesses termos, na estrutura remuneratória existente até o advento da Lei nº 11.344/2006, que criou a classe de professor Associado, o professor Adjunto se aposentava com os proventos de professor Titular e o professor Titular recebia uma diferença para a classe de Adjunto. Portanto, até então, a referência para fins de pagamento da citada vantagem era Adjunto x Titular e vice versa.

Contudo, à partir da edição da citada Lei, a vantagem passou a ser paga considerando a classe de professor Associado, o que se dá através da rubrica "DIF PROV ART 192 Lei 8112", constante do contracheque.

Desse modo para se chegar ao valor que vem sendo pago e considerando, exemplificadamente, o professor que se aposentou na classe de Adjunto, nível IV, com dedicação exclusiva e doutorado, deve-se pegar os valores correspondentes ao vencimento básico mais a retribuição por titulação e comparar com os valores correspondentes às mesmas vantagens para o professor Associado, nível IV, também com dedicação exclusiva e doutorado. A diferença entre os dois será o valor da vantagem do artigo 192, inciso I. Veja o quadro abaixo.

Ocorre que com a entrada em vigor da Lei 12.772/2012 e os reajustes deferidos por essa norma a partir de 01º de março de 2014, a UFMG descuidou de estendê-los às citadas vantagens, conforme demonstrado acima.

Diante disso, a DIRETORIA da APUBH compareceu ao DAP/UFMG para buscar uma motivação para o ocorrido, ocasião em que foi avisada que se tratava de um erro devido à falta de pessoal para programar os reajustes. Segundo informou a Diretora de Divisão de Pagamentos, a Sra. Rosângela Pereira Marques, os reajustes foram implantados manualmente por quatro servidores, razão pela qual não houve tempo hábil para incluí-los na folha do mês de março. Comprometeu-se, dessa forma, á fazê-los no contracheque de maio de 2014, com pagamentos retroativos a março e abril.

A situação, contudo, não será idêntica para todos, visto que os professores que não possuem doutorado e aqueles que não possuem qualquer titulação, poderão observar falta de reajustes ou redução da vantagem, por ocasião da implementação da tabela remuneratória trazida com a Lei 12.772/2012, com vigência à partir de março de 2014. Nessa hipótese, a UFMG já se antecipou para alguns professores dizendo que se o valor a ser implementado em maio for menor que o pago desde março haverá necessidade de restituição ao erário.

No entanto, tal devolução não é devida e caso ocorra o servidor poderá recorrer ao Poder Judiciário a fim de anular o ato administrativo que determinou a reposição e ainda para discutir eventual violação ao direito à paridade, visto que os reajustes não estão sendo estendidos na mesma proporção que o pessoal da ativa.

Portanto, aposentado, fique atento ao seu contracheque do mês de maio de 2014 e caso não observe o reajuste da rubrica "DIF PROV ART 192 Lei 8112", bem como do adicional de tempo de serviço que incide sobre ela, compareça a um dos plantões da assessoria jurídica para buscar orientações.

Vencimento básico - Prof. Adjunto IV (DE)	R$ 4.704,71	Vencimento básico - Prof. Associado IV (DE)	R$ 6.144,71	Diferença devida do art. 192, a ser implementada em maio/2014	Valor efetivamente pago pela UFMG em março/2014	Diferença devida a ser ressarcida aos professores em maio/2014
Retribuição por Titulação - Prof. Adjunto IV (DR)	R$ 5.668,86	Retribuição por Titulação - Prof. Associado IV (DR)	R$ 8.914,38			
Subtotal	R$ 10.373,57	Subtotal	R$ 15.059,09	R$ 4.685,52	R$ 4.154,52	2 x R$ 531,00 = R$ 1.062,00

>> Página 10

jurídico

APOSENTADOS: FIQUEM ATENTOS AOS SEUS CONTRACHEQUES

Conforme é sabido, em maio de 2006, em razão da entrada em vigor da Lei 11.344/06, houve uma reestruturação da carreira de magistério superior, mediante a criação da classe de professor Associado.

Naquela ocasião, os professores que se aposentaram na classe de Adjunto e que recebiam como se Titulares fossem e os que se aposentaram na classe de Titular recebendo, por sua vez, uma diferença para a classe de Adjunto, tiveram uma redução no pagamento das citadas vantagens remuneratórias.

As Referidas vantagens, dispostas pelos já revogados artigos 184 da Lei 1.711/1952 e 192 da Lei 8.112/1990, lhes são pagas em respeito ao direito adquirido.

Ocorre que a criação da classe de professor Associado, intermediária entre as classes de Adjunto e Titular, alterou o paradigma de pagamento das citadas vantagens, numa interpretação da UFMG considerada equivocada pela APUBH.

Por essa razão, a APUBH ingressou com ações perante a Justiça Federal de Minas Gerais, por representação processual de seus filiados, pleiteando o restabelecimento do cálculo das vantagens na forma como se dava antes da criação da classe de professor Associado e a cobrança das diferenças entre os valores recebidos e aqueles que deveriam ser pagos desde julho/2006, quando foi observada da redução nominal.

As ações ainda se encontram em tramitação, sendo que em uma delas houve decisão favorável proferida em antecipação da tutela (equivalente a uma liminar) para determinar que a UFMG restabelecesse o pagamento tal como era feito por ocasião da concessão da aposentadoria, mediante depósito em juízo.

Em outra ação, a sentença proferida foi desfavorável, em razão do entendimento do Juízo de que não há que se falar em direito adquirido a método de cálculo de aposentadoria e que a redução da vantagem não acarretou a redução do total da remuneração.

Agora, diante da entrada em vigor da Lei 12.772/2012 a partir de 01º de março de 2013, a qual instituiu novo plano de carreira e em razão dos reajustes deferidos por essa norma a partir de 01º de março de 2014, a UFMG noticia, através de comunicado emitido pelo MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO e GESTÃO em 17 de março de 2014, que haverá "absorção automática dos reajustes remuneratórios ocorridos, para os servidores, aposentados e instituidor de pensão que percebem VPNI"- vantagens pessoais nominalmente identificadas.

Segundo se depreende do comunicado isso ocorrerá a partir do pagamento de abril de 2014 e que será incluída uma mensagem nos contracheques dos servidores impactados por tal medida.

Diante disso, a assessoria jurídica da APUBH alerta todos os servidores, aposentados e pensionistas para que fiquem atentos aos seus contracheques do mês de março de 2014 e informa que já estuda o ingresso de uma ação judicial coletiva a fim de obstar tal procedimento.

Por fim, aconselha o servidor filiado que se encontrar nessa situação a comparecer em um dos plantões, que acontecem às segundas feiras, de 10 as 13 hs e às quartas feiras, de 15 as 18 hs, levando consigo os contracheques relativos aos meses de fevereiro e março de 2014, a fim de que possam ser analisados.

Para saber se está em uma dessas ações o(a) filiado(a) deverá verificar no relatório individual contendo o andamento atualizado das referidas ações, o qual será encaminhado pela APUBH em breve.

>> Página 11

// notícias



Simone Ribeiro

Diretores do MDIA compareceram à posse da nova diretoria da Adunb e discutiram a integração de outros sindicatos ao movimento

Diretores do MDIA reúnem-se para discutir novas ações do movimento

O presidente da Apubh, José de Siqueira e o secretário-geral, Dalmir Francisco estiveram em Brasília, no dia 27 de junho para reunirem-se com os demais diretores do Movimento Docente Independente e Autônomo – MDIA para discutir a integração de outros sindicatos docentes ao movimento. Os três diretores do movimento: professor José de Siqueira, professor Rogério Portanova, UFSC e Ebnezer Maurílio Nogueira da Silva, UnB, discutiram as novas ações para reforçar o MDIA, que tem por objetivo construir uma política de defesa dos interesses dos docentes e das universidades federais através de ações independentes de vinculações político-partidárias.

Os professores da UFMG, UFSC e UNB (AdunB) manifestaram preocupação com as negociações sobre carreira docente, salários e condições de trabalho dos docentes, após as eleições de 2014.

Posse da nova diretoria da AdunB

A nova diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal de Brasília – Adunb tomou posse no dia 27 de junho. A Apubh foi representada na assembleia de posse por seu presidente e secretário-geral.

O novo presidente da Adunb é o professor Vadim da Costa Arsky Filho, do Instituto de Artes. O professor Virgílio Caixeta Arraes, do Instituto de Ciências Humanas, é o novo vice-presidente.

Em seu discurso de posse, o presidente eleito destacou a importância da entidade, os planos de lutar pela melhoria das condições de trabalho, salariais, bem como o bem estar dos professores e da necessidade de um diálogo com todas as entidades representativas dos docentes. Além disso, Vadim reforçou a proposta de realizar uma gestão democrática e atenta às reivindicações dos professores.

>> Página 12

// notícias

APUBH GESTÃO 2012-2014: Um balanço positivo

A Diretoria da APUBH, gestão 2012-2014, apresenta aos seus filiados um balanço de suas ações político sindicais, na busca de melhores condições de trabalho e de convivência do professores da UFMG.

Ações no Processo Interno

A Diretoria Gestão 2012 – 2014 tomou posse no dia 1º de junho de 2012, na sede do Sindicato. Ao longo da gestão a Diretoria reuniu-se semanalmente para discutir e deliberar sobre a maior proximidade do sindicado com os docentes associados; ações objetivas de defesa e melhoria da qualidade de trabalho dos professores da UFMG; ações para defesa da carreira e do salário; reorganização administrativa da Apubh; implementação do Café com Memória e implementação das comunicações.

Ações no Plano da UFMG

- Já na Assembleia de posse a Diretoria organizou um debate sobre a proposta da carreira docente proposta pelo governo.
- Em parceria com o SINDIFES, a APUBH participou da realização em 5 de junho de 2012 do Seminário sobre Assédio Moral – Denuncie, com o objetivo de debater as formas de resistência ao assédio moral nos ambientes de trabalho e de conduta das vítimas e testemunhas para denúncias os assediadores.
- Em 19 de junho foi deflagrada a greve na UFMG. Durante a greve a APUBH garantiu aos professores da UFMG todo o material, serviços de seu corpo de funcionários e expedientes necessários à realização das assembleias semanais e reuniões diárias do comando local de greve, bem como viagens de seus representantes a Brasília para participar das discussões junto ao governo federal.
- No período da greve a Diretoria da APUBH participou de audiências com o Reitor da UFMG e do seminário sobre a carreira docente e salários, realizado no dia 26 de junho de 2012.
- A Diretoria da APUBH, representada pelo seu assessor especial, participou das discussões do PL 2203, referente ao reajuste salarial dos professores, em 2012 e dos PL 123 e 124, referentes ao financiamento do SUS, além de acompanhar no Congresso Nacional, o PL 1992/2011, referente à criação da previdência complementar dos SPFS.
- A APUBH realizou várias reuniões com os professores aposentados, nas quais se tratou do andamento das emendas à MP 614 e demais questões de seu interesse.
- Em importante ação sindical a APUBH vem enfrentando a administração central da UFMG, quando esta utilizando-se da Orientação Normativa Nº 6, do MPOG, para retirar os adicionais de insalubridade e periculosidade a que os professores sempre tiveram direito. Realizou assembleias e reuniões com os professores de diferentes Unidades, para informá-los sobre seus direitos e mobilizá-los para lutar por eles. Exigiu da administração central a elaboração de Laudos Técnicos de Avaliação de Insalubridade e Periculosidade, antes de revisar as condições insalubres e perigosas dos ambientes em que os professores trabalham na UFMG e pediu a reconsideração dos cortes dos adicionais já feitos sem o prévio Laudo Pericial. Esta solicitação foi apresentada ao reitor recém-empossado, professor Jaime Arturo Ramirez.
- A APUBH atuou na defesa dos professores de EBTT, contra a iniciativa absurda e ilegal da administração central de impingir o ponto eletrônico a esses professores.
- A APUBH vem prestando permanente apoio jurídico aos filiados na defesa de seus direitos.
- Através da seguradora Metlife colocou à disposição dos filiados os serviços de seguro e plano odontológico.
- A APUBH criou o clube de benefícios, buscando novos convênios para oferecer mais vantagens financeiras para os filiados, com descontos que podem gerar uma economia mensal de até 10%.
- A Diretoria procurou trazer os filiados à sede com a realização periódica dos concorridos "Happy Hour", para estarem juntos em momentos alegres de confraternização e "bate papos". Eventos sempre prestigiados pelos filiados, além do tradicional baile dos professores.
- Para que os professores pudessem melhor conhecer e analisar as propostas dos candidatos à reitoria da UFMG, a APUBH realizou em 4 de outubro de 2013 um debate e patrocinou a gravação de entrevistas com os candidatos para veiculação no programa televisivo Interconexão Brasil. Tal programa transmitido pela TV a cabo e pela internet permitiu, de modo inédito, que a população de Belo Horizonte se inteirasse sobre a eleição do dirigente máximo da UFMG.

Ações no Plano Municipal/Estadual

- A APUBH vem apoiando os movimentos sociais e culturais de Belo Horizonte e de outras cidades do estado.
- Através do Programa Interconexão Brasil veiculado pela TV e pela internet, leva à população da grande BH o debate sobre temas importantes sobre a sociedade brasileira.
- A APUBH participou da comissão organizadora das Conferências Municipal e Estadual de Educação, preparatórias para a CONAE 2014. E participou com o delegado da Conferência Municipal de Educação de Belo Horizonte e na Conferência Estadual.

Ações no Plano Nacional pela Valorização das IFES

- A APUBH participou de várias reuniões para organizar uma Frente Parlamentar. Nos dias 27 e 28/06/2012 participou de uma reunião Sindical em São Paulo para discutir formação da frente parlamentar pela valorização das IFES e a fundação do MDIA (Movimento Docente Independente e Autônomo) com participação da APUFSC e da ADUNIFEI.
- Em 2013 a APUBH articulou no Congresso Nacional, junto com a APUFSC e ADUNB, a criação da Frente Parlamentar de Valorização das Universidades Federais, presidida pela Deputada Margarida Salomão, do PT e ex-reitora da UFJF. Tal iniciativa, além de inédita, é de grande valia para todo o Movimento Docente, uma vez que qualquer negociação salarial com o governo federal desemboca no Congresso Nacional, com o qual o Movimento Docente nunca teve um interlocutor institucional, valendo-se apenas de contatos esporádicos com parlamentares simpáticos à causa docente.
- Em 11 de julho de 2012, na sede da APUFSC-SIND em Florianópolis, a APUBH participou, junto com a APUFSC, a ADUNB e a ADUNIFEI, da fundação do Movimento Docente Independente e Autônomo - MDIA. A diretoria do MDIA foi eleita em assembleia geral extraordinária, com a seguinte pauta: 1-Discussão e deliberação sobre a criação da associação de caráter intersindical MDIA. 2- Aprovação do Estatuto Social. 3- Eleição da Diretoria Colegiada. 4- Eleição do Conselho Fiscal. Desde então ocorreram diversas reuniões nacionais.
- No Congresso Nacional, a APUBH levou, a deputados interlocutores, as emendas propostas nas assembleias dos professores da UFMG à MP 614 que precedeu a lei 12.772/2012, de reestruturação da carreira dos docentes, e concede reajustes salariais aos docentes em 2013, 2014 e 2015.
- No período de 22 a 28 de agosto de 2012, a APUBH esteve presente ao 64°Encontro Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na UFMA, onde levou ao Ministro da Ciência e Tecnologia questionamentos que mereceram o aplauso da Presidente da SBPC.
- Em dezembro de 2012 a diretoria da APUBH esteve presente à posse da nova diretoria da APUB (BAHIA). Também participou de dois seminários sindicais nacionais promovidos pela Apub (da UFBA), com o intuito de articular e organizar o Movimento Docente Independente e Autônomo - MDIA, em maio de 2013 e em janeiro de 2014.
- A APUBH apresentou o IPE (Instituto de Pesquisa em Educação) no Seminário da Rede ASTE, na UFRJ, em abril de 2013 e também no Fórum Universitário da UFPB, em outubro de 2013. Em agosto de 2013 foi publicado o primeiro edital de pesquisa do IPE Brasil com uma submissão de projeto.
- Em 30 de setembro de 2013, a APUBH participou de encontro sindical com o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, em Florianópolis, organizado pela Apufsc (Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Santa Catarina).

Ações no Plano Internacional

- A APUBH participou nos dias 18 a 23 de julho de 2012, dos debates sobre Organizações Sindicais dos Professores de Universidades Iberoamericanas e Sul-americanas, no IX Encontro do Fórum por uma Educação e I° Pré-Congresso da FESIDUAS, em Caracas-Venezuela. Participou também, em final de setembro, do Congresso de Fundação do IPE-Peru e, em outubro, do I Congresso Extraordinário de Docentes Universitários Bolivianos.
- Em novembro a APUBH promoveu a realização do Seminário Latino-Americano e Caribenho de "Valorização Docente e Financiamento da Educação", no auditório da Escola e Engenharia da UFMG, contando com a participação, além do Brasil, de professores dos seguintes países: Bolívia, Cuba, Argentina, Peru, Equador e Colômbia.
- Em âmbito latino-americano, a APUBH está incluída na Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul - FESIDUAS - e no Instituto de Pesquisas da América Latina e do Caribe, IPE-ALC. A difusão da proposta do IPE no âmbito dos países da América Latina trouxe frutos profícuos: foram criados em junho de 2013 o IPE Argentina e em outubro de de 2013 o IPE Bolívia. Esses IPE juntam-se ao IPE Peru, criado em setembro de 2012 e ao IPE Brasil em março de 2012. Esses novos IPE nacionais fazem parte do IPE-ALC, assim como da Residual.
- Em fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013 a APUBH participou dos Congressos Pedagogia e de Universidade, ambos, em Havana, Cuba. Na oportunidade, teve encontros sindicais com o SINTECD cubano e o CEPES da Universidad de La Havana, onde apresentou o projeto IPE e propôs a criação do IPE Cuba, o que já está encaminhado do ponto de vista político e sindical, através da atuação do Prof. Rafael Henández García, tesoureiro do IPE-ALC.
- Pela FESIDUAS, a APUBH participou do IX CLASU, Congresso Latino Americano de Sindicatos Universitários, em Buenos Aires e da reunião do Conselho Diretivo da FESIDUAS, em setembro de 2013, na Cidade do México, bem como do I Encontro Internacional sobre o Papel da Mulher na Universidade, realizado na Universidade Laica Eloy Alfaro de Manabí, em Manta, Equador. Os relatório das ações políticas e sindicais, em âmbitos local, nacional e internacional, realizadas pela diretoria da APUBH - gestão biênio 2012-2014 - nos períodos de junho de 2012 a 21 de março de 2013 e de janeiro de 2013 a 28 de março de 2014, foram submetidos à análise das Assembleias Ordinárias da APUBH, ocorridas respectivamente em 21 de março de 2013 e 28 de março de 2014, e aprovados.

Ao apresentar este balanço a diretoria da APUBH quer agradecer, especialmente, aos filiados por sua participação nas ações propostas pelo sindicato; aos nossos parceiros que contribuíram pela realização das várias ações e aos funcionários da APUBH, pela competência e profissionalismo na execução das suas tarefas.

E vamos continuar a luta por melhores condições de trabalho e de vida dos professores da UFMG.

capa

APUBH SE REUNE COM O MEC E PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE PERDAS DE DIREITOS



Simone Ribeiro

A conversa com a assessoria parlamentar do MEC foi o primeiro passo para buscar o entedimento sobre as irregularidades

Em reuniões realizadas no Ministério da Educação, em Brasília nos dias 05 e 09 de junho, a diretoria da Apubh buscou explicações para os cortes de salários de professores aposentados e a suspensão de pagamento do adicional de periculosidade e insalubridade de professores da ativa. As reuniões foram intermediadas pela deputada Federal, Margarida Salomão, ex-reitora da UFJF e presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Federais. Segundo o professor, Elias Jorge, as reuniões marcam o início de um processo de conversa qualificada para construir um espaço de entendimento entre o sindicato, o Mec, o MPOG e a comissão de educação da Câmara dos Deputados, visando a correção das distorções na aplicação das leis e orientações normativas.

No dia 05 de junho, a reunião foi com o assessor parlamentar do Ministério da Educação – MEC, Leandro Cerqueira, com a presença do presidente da Apubh, prof. José de Siqueira, a assessora da deputada federal Margarida Salomão, Sandra Meyer e do prof. Elias Antônio Jorge. Durante o encontro o sindicato apresentou três questões consideradas graves em relação às distorções na aplicação da lei e da orientação normativa. A primeira refere-se ao corte arbitrário no salário de professores aposentados a partir da orientação normativa 11/2010, que orienta sobre o pagamento da vantagem dos artigos 184 e 192. Na UFMG, o corte atinge 594 professores. O corte do pagamento dos adicionais têm sido determinados à universidade pelos auditores do Tribunal de Contas da União – TCU, com um prejuízo maior para os professores inseridos na classe de adjunto, os mais antigos e mais titulados.

>> Página 15



Simone Ribeiro

Em reunião, Colep informou que não pode contrariar as diretrizes recebidas do MPOG

O sindicato alertou para o fato de que esta pressão dos auditores pode se estender às demais IFE's do país. Além disso, na opinião de Elias Jorge, a orientação normativa expõe falhas que são reflexos de falta de intimidade conceitual e que o Ministério da Educação tende a reproduzir o erro.

A outra distorção é o não pagamento das parcelas do artigo 192 da lei 8112/90 e artigo 184 da lei 1711/52 para os servidores docentes aposentados e pensionistas, com paridade, na folha de pagamento de março de 2104. A Apubh encaminhou um ofício solicitando a correção da irregularidade, mas a correção do erro sistêmico só foi feita na folha de junho. Outro problema é que o pagamento da vantagem do artigo 192 da lei 8112/90, conforme orientação da nota técnica nº 147, publicada em 17 de agosto de 2009, deveria ser feito a partir da data da publicação, retroativamente a partir de 1º de fevereiro de 2009. Mas não foi isso que aconteceu. Na percepção do sindicato, os docentes aposentados estão sendo lesados em seu direito e tiveram que recorrer à justiça para que o pagamento seja feito, conforme a ON.

A terceira distorção é o impedimento da aposentadoria dos servidores que recebem o adicional de periculosidade e insalubridade. O assessor parlamentar do Ministério da Educação, Leandro Cerqueira reconheceu a gravidade das situações relatadas e sugeriu que a diretoria da Apubh encaminhe um pedido de audiência com Paulo Speller, Secretário de Educação Superior do MEC, via solicitação da deputada federal, Margarida Salomão. Segundo Leandro é necessário ter cautela para resolver a questão e que iria verificar a documentação para analisar detalhadamente o problema.

Já no dia 09 de junho, a reunião foi com Luana Carvalho e Eliézio Mendes da Coordenadoria de Legislação de Pessoal e Orientação Técnica do MEC. Estiveram presentes o 1º vice-presidente da Apubh, Carlos Barreira Martinez e o prof. Elias Antônio Jorge. Durante a reunião, os coordneadores informaram que como órgão setorial, eles não podem deixar de atender a uma orientação do Ministério do Planejamento. Também foi dito que observações/ discussões sobre as distorções contidas nas orientações normativas são apresentadas ao MPOG nas mesas de reunião, mas o órgão não as tem acatado. Ainda de acordo com os coordenadores, não é possível que eles repasssem orientações às universidades que sejam diferentes das recebidas do Sistema de Pessoal Civil da Administração Geral – Sipec, ligado à Secretaria de Gestão de Pessoal – SEGEP.

Luana Carvalho lembrou que há um aspecto mais grave sobre a questão, há uma orientação do MPOG para que os servidores que estão recebendo errado, ressarçam o erário. Também foi esclarecido que não há uma lei, orientação normativa ou diretriz que transforme uma decisão judicial em Vantagem Pecuniária Nonimalmente Identificada - VPNI, como tem acontecido com os reajustes ou gratificações obtidas pelos professores após decisão judicial. Desta forma, o valor passa a ser fixo e não é reajustado juntamente com a remuneração.

De acordo com a Luana Carvalho, a interpretação é de que houve mudança de carreira e que esta é para todos os docentes ativos e aposentados. Por isso é feito um novo enquadramento. Elias Jorge ressaltou que a mudança deve valer para os ativos e não para os aposentados e que deve ser respeitada a lei sob a qual foi instituída a aposentação destes professores.

A orientação dada pela Colep ao Sindicato é de que seja feito um novo pedido de esclarecimento para o Departamento de Administração de Pessoal – DAP/UFMG que deverá encaminhá-lo ao COLEP, para que as irregularidades sejam reanalisadas. Entretanto, o setor foi categórico ao afirmar que é o MPOG que determina as diretrizes e que eles apenas as seguem. A Apubh já está mobilizando a Frente Parlamentar pelo fortalecimento das Universidades Federais e a Comissão de Educação da Câmara para a defesa dos direitos dos professores e a correção das distorções detectadas. As negociações terão continuidade em julho junto aos ministérios e em agosto junto ao Congresso.

+ opinião

INVEJA, MÃE DE TODOS OS MALES

Carlos Barreira Martinez
Prof. do Departamento de Engenharia Hidráulica - Escola de Engenharia da UFMG
1º vice-presidente da Apubh

Vez ou outra nos deparamos com situações insólitas dentro da Universidade. Em algumas delas, para nosso espanto, onde se espera um momento de jubilo vê-se um ambiente de azedume e com um horizonte "amarelado", contaminado com aquilo que alguns definem como inveja.

Quem de nós pode dizer que nunca teve momentos de inveja? Quem está livre desse sentimento ancestral e que tortura de forma lenta e destrói aos poucos? Quem não teve o gosto de sentir o desgosto de não ter ou não ser algo? Dizem que a inveja tem duas vertentes. Uma primeira positiva que faz com que as pessoas progridam. Essa é a boa inveja. A outra vertente menos agradável torna a vida cheia de mazelas e difícil. Essa inveja é a negativa, que destrói e que amarga a vida. Essa inveja é aquela que se esconde e que se nega até para a própria consciência, apesar de intimamente se saber que ela existe e está presente. Ter ou sentir inveja é tido como algo ancestral e humano. O tipo de sentimento, positivo ou negativo, é uma opção de cada um de nós. Não ter esse sentimento talvez seja abrir mão de nossa humanidade e de nossos maravilhosos defeitos. Mas deixar que a inveja invada nossas vidas e nos ocupe de forma a incomodar o próximo é um caminho considerado desastroso. Se na vida pessoal a inveja é indesejável, na profissional ela é nefasta.

No atual sistema Universitário a busca pela excelência e pelo reconhecimento acadêmico científico se tornou uma meta a ser alcançada. Ocorre que da forma como está posto para ser bom temos que ter ao nosso lado parceiros ruins. Isso pelo fato do sistema ser baseado em um princípio de comparação. Para agravar a situação a régua que nos mede sempre tem sua escala aumentada.

Nesse ambiente os sentimentos lentamente afloram e surge a nossa ancestral inveja. Normalmente a ruim, aquela rasteira e abjeta, traiçoeira e mesquinha. Presenciamos diuturnamente a desconstrução de uns pelos outros. O sucesso nesse embate é daquele que é mais traiçoeiro e hábil. A negação de apoio e de colaboração elimina o possível concorrente. A instituição de regras e de normas específicas aplicadas apenas a algumas situações - ou a "alguns" - é outra estratégia para frear aqueles que podem estar ultrapassando os limites do invejoso. Isso tudo, é claro, amparado pela "legalidade e moralidade". Se por um acaso o agredido solicitar a recíproca é comum ao invejoso alegar uma infinidade de razões, normalmente institucionais, e desconversar vergonhosamente. Vemos, com freqüência, comentários maledicentes, mesquinhos, baixos e que em nada colaboram com o desenvolvimento pessoal e do grupo. Sobrevive e prospera aquele que com maior habilidade "põe o pé no pescoço" de outrem. Se isso for feito de forma escondida e sorrateira tanto melhor. O lugar comum é colocar um neófito para fazer aquilo que não se tem coragem de fazer. O invejoso normalmente tem outras características, a covardia é uma delas. Não aparece, atua de forma impessoal e institucional, se escuda em uma suposta áurea de retidão que esconde sua verdadeira face. Mas o pior disso é que todos nós sabemos quem são os invejosos, pior ainda é que aceitamos as suas ações, se não como normal ao menos como natural. Mas não podemos nos iludir, o invejoso negativo e mau caráter é implacável com todos. Ele se considera correto e infalível. O invejoso não é necessariamente incapaz ou inábil, ao contrário na maior parte das vezes é o inverso disso. Mas também se sobrevaloriza e quando vê alguém em posição melhor não se controla. Assim a inveja vai invadindo a vida acadêmica e tem produzido verdadeiros desastres. Os afastamentos e tratamentos psicológicos que alguns colegas têm que se submeter que o digam. Para aqueles que causam essas mazelas resta simplesmente o sentimento de sucesso, pois aos "vencedores as batatas". Será que se omitir frente aos invejosos é a melhor escolha? Será que temos que nos adaptar e aguardar a "próxima vítima" para que se esqueçam de nós? Ou será que temos apenas que ter paciência? Haja paciência!

// notícias



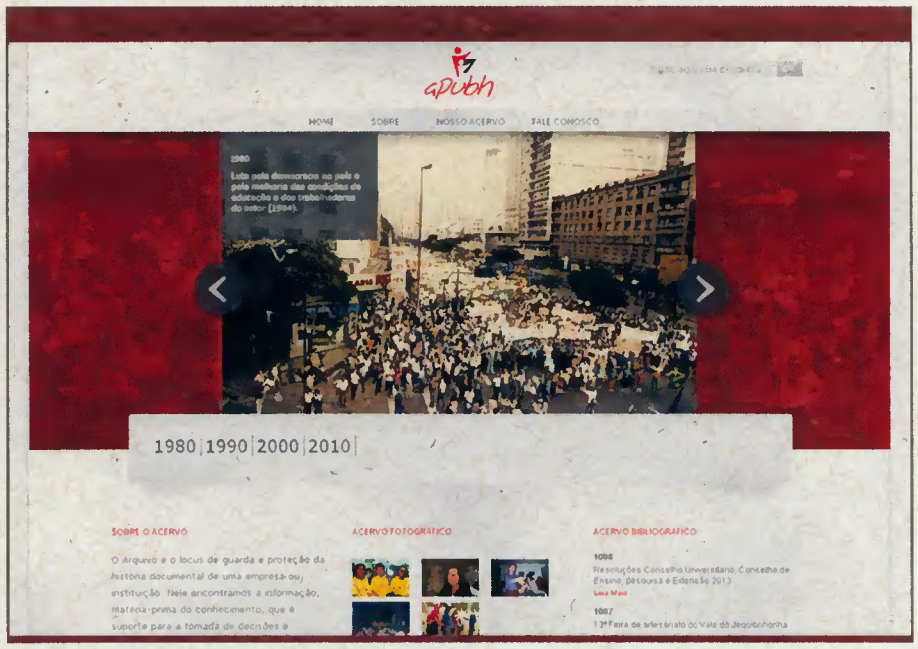
Diretoria da Apubh se reúne com novo reitor da UFMG

A diretoria da Apubh reuniu-se no dia 02 de abril com o reitor recém-empossado da UFMG, prof. Jaime Arturo Ramirez e a vice-reitora, professora Sandra Regina Goulart Almeida. A reunião foi convocada pelos dirigentes da universidade para apresentação da proposta de trabalho da nova gestão. Na ocasião, os diretores da Apubh apresentaram os principais problemas enfrentados pelos professores, especialmente os relativos à aplicação da Orientação Normativa nº 06 do MPOG para definição do pagamento dos adicionais de insalubridade ou periculosidade dos docentes que ministram aulas ou fazem pesquisas em ambientes considerados insalubres. A diretoria do sindicato solicitou a reavaliação dos cortes dos adicionais já realizados sem o laudo pericial, que é o requisito legal para que a alteração aconteça.

Outro ponto discutido na reunião foi a tentativa de implantação do ponto eletrônico aos professores do EBTT em 2013 e novamente no início de 2014, contrariando a legislação vigente. E finalmente, foi discutida o comunicado do MPOG que trata da eliminação de todas as vantagens (VPNI) dos servidores públicos das IFE's na folha de março de 2014. Este assunto é tema de análise do setor jurídico da Apubh que segue publicado na página 06.

Na reunião, o reitor Jaime Ramírez e a vice-reitora Sandra Regina Almeida comprometeram-se a estabelecer diálogo aberto com o sindicato para a discussão e resolução de problemas dos docentes.

Já está no ar o sistema de acesso ao acervo da Apubh



O acervo bibliográfico e fotográfico da Apubh está disponível para consulta dos filiados ao sindicato e demais interessados. Esta abertura é o resultado de um trabalho minucioso de separação, tratamento e organização dos livros, periódicos, vídeos e fotografias que foram reunidos e arquivados desde a fundação do sindicato.
O acesso ao Arquivo Br, sistema de organização do acervo, está disponível na página da Apubh (www.apubh.org.br)

Na página do sistema, o usuário encontra informações gerais sobre o acervo e também pode visualizar imagens referentes às lutas e mobilizações promovidas pelo sindicato desde a sua fundação. Para realizar a busca, basta passar o cursor sobre o menu "nosso acervo" e selecionar o tipo de busca. Esta pode ser simples ou detalhada.

As imagens do acervo fotográfico poderão ser visualizadas pelos usuários, mas para baixar as fotos em arquivo digital é preciso solicitar, via e-mail (comunicacao@apubh.org.br), autorização para tal.

O banco de imagens continua a ser alimentado com o processo de digitalização de fotografias antigas. Já o acervo bibliográfico está disponível para empréstimo pelo prazo máximo de 07 dias, mediante cadastro na sede do sindicato.

A digitalização do acervo documental e fotográfico (não digital) para acesso via internet está em fase de finalização.

>> Página 18

// notícias

Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais inicia os trabalhos

No dia 1º de abril deste ano, foi realizada a primeira reunião da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, com a presença de diretores do Sindicato do Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - Apubh, que é um dos idealizadores da Frente. Andifes, Apufsc, Unila, MDIA, Proifes também enviaram representantes para a reunião que foi convocada pela presidente da Frente, deputada mineira, Margarida Salomão, ex-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. O deputado Espiridião Amin (PP/SC) também marcou presença.

Um ano depois de sua idealização em maio de 2013, a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais já conta com o apoio de 202 deputadores federais dos 27 estados brasileiros e começa os seus trabalhos com a escolha dos compenentes de sua mesa diretora na segunda semana de abril.

Em seu lançamento oficial em 10 de dezembro de 2013, os deputados signatários da Frente publicaram o manifesto abaixo em que destacaram os objetivos da Frente de Valorização:

1. Lutar para que o importante processo de expansão e descentralização das Universidades Federais tenha, como política de Estado, contrapartida em recursos humanos, de infraestrutura, e de custeio, de modo que o crescimento do sistema federal de ensino superior, já praticado e previsto no próximo Plano Nacional de Educação, possa ocorrer de forma eficaz, com pleno atendimento das aspirações da sociedade brasileira, ainda desatendidas no que diz respeito ao amplo e igualitário acesso à Universidade.
2. Lutar para que o desenvolvimento das Universidades Federais institucionalize dentro delas as relações democráticas de poder e convivência, e, finalmente, obtenha, por via legislativa, a regulamentação do princípio da autonomia universitária, enunciado constitucionalmente, mas, há vinte e cinco anos, carente de expressão legal que o assegure em termos práticos.
3. Lutar para que a força de trabalho docente, técnica e administrativa, seja valorizada profissionalmente, com carreira, remuneração e condições de trabalho, à altura da importância das funções que desempenham.
4. Lutar para que os estudantes, cuja composição social obtém agora maior diversidade e sintonia mais adequada com a estrutura de classes da sociedade brasileira, tenham asseguradas suas condições de estudo e permanência nas Universidades, através de ações de assistência estudantil com características de política de Estado.
5. Lutar para que se perenizem como política de Estado os esforços presentemente envidados de internacionalizar as Universidades Federais e torná-las contemporâneas das mudanças educacionais possibilitadas pelo advento das tecnologias da informação e comunicação.
6. Lutar, finalmente, para que as Universidades Federais possam cumprir o papel crítico que lhes cabe na promoção da Inovação e da Sustentabilidade, pilares do desenvolvimento nacional soberano, socialmente justo e comprometido com os avanços da ciência, com o acesso universalizado dos cidadãos aos direitos e com a distribuição igualitária dos benefícios da civilização.

A Apubh participa ativamente da movimentação da Frente Parlamentar visando a defesa dos interesses das universidades e principalmente dos professores.

Clube de benefícios: vantagens para os filiados

No final de 2013, a Apubh criou o Clube de Benefícios, uma seleção de parcerias e convênios com empresas de vários segmentos visando garantir o acesso de seus filiados aos melhores produtos e serviços com descontos únicos e especiais. Esta iniciativa é resultado de uma constatação da perda do poder aquisitivo dos professores, em função do aumento com os gastos com despesas essenciais, e a perda do ganho real com o último reajuste salarial.

Hoje, os filiados à Apubh podem usufruir de descontos em 44 empresas ou prestadores de serviços entre farmácias, drogarias, restaurantes, colégios e faculdades, óticas, agências de turismo, livrarias, editoras, automóveis, seguros, estética e saúde. A relação completa dos convênios está disponível no site do Sindicato e no hotsite http://www.clubeapubh.org.br/. Para usufruir dos benefícios,o filiado deve apresentar nas lojas físicas, o contracheque com o desconto da mensalidade da Apubh e, nas lojas virtuais, utilizar o código de acesso (informado na descrição do convênio).

As sugestões de convênios e parcerias de seu interesse podem ser enviados para o sindicato, para que possamos oferecer sempre o melhor e em prol do bem estar dos nossos filiados.

>> Página 19

// notícias

Chapa Ação Sindical é empossada na nova diretoria da Apubh



No discurso de posse, o presidente eleito, professor José de Siqueira destacou as diretrizes políticas da nova gestão.



Lucas Daian

A nova diretoria foi empossada na presença de diretores de unidades, professores, familiares e parceiros do sindicato.

No dia 30 de maio de 2014, no auditório da Escola de Engenharia da UFMG, tomou posse a nova diretoria executiva, diretoria setorial, conselho fiscal e conselho de representantes da Apubh para a gestão 2014/2016. Durante a cerimônia de posse, o novo presidente do sindicato, professor José de Siqueira fez um balanço da gestão 2012/2014 e ressaltou a posição da Apubh como único representante legal dos professores da UFMG em Belo Horizonte e Montes Claros, com a obtenção do registro sindical em outubro de 2013. Siqueira também destacou as ações da diretoria para o fortalecimento do Movimento Docente Independente - MDIA e a expansão do Instituto de Pesquisas em Educação para países da Américа Latina e Caribe.

O presidente também falou sobre as diretrizes principais da nova gestão:

1) continuidade da defesa dos interesses e direitos dos professores junto à administração central da UFMG;
2) fortalecimento da Frente Parlamentar de Valorização das Universidades Federais, constituída por iniciativa da Apubh e da Apufsc, em 2013.
3) continuidade da mobilização para o crescimento e fortalecimento do Movimento Docente Independente - MDIA.
4) Expansão do Instituto de Pesquisas em Educação – IPE
5) reforma da sede administrativa da Apubh;
6) construção do Ponto de Encontro do Professor- PEP.
7) Expansão do Clube de Benefícios da Apubh, criado para garantir o bem estar dos filiados e familiares por meio do acesso a descontos em estabelecimentos e serviços.

A nova diretoria da Apubh eleita pelos professores na votação realizada nos dias 20 e 21 de maio é formada por:

Diretoria Executiva

Presidente: José de Siqueira
1º Vice-Presidente: Carlos Barreira Martinez
2º Vice-Presidente: Marta de Oliveira Pimentel
Secretário -Geral: Dalmir Francisco
Vice-Secretário: Giovane Azevedo
Diretor de Finanças: Armando Gil Magalhães Neves
Vice-Diretora de Finanças: Otávia Fernandes de Sousa Rodrigues
1º Suplente: Augusto Afonso Guerra Júnior
2º Suplente: Mauro Passos

Diretoria Setorial

Diretoria de Ciência e Tecnologia:
José Antônio Gonçalves Miranda e Leidivan Almeida Frazão
Diretoria de Hospitais Universitários: Mauro Ivan Salgado
Diretoria de Política de Ensino Básico e Profissional:
Fábio Costa Pedro
Diretoria de Política Educacional: Paulo César da Costa Pinheiro
Diretoria de Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
Diretoria de Seguridade Social: Débora Torres Mendes de Oliveira
Diretoria de Etnia, Gênero e Classe: Francinete Veloso
Diretoria de Comunicação:
Accacia Júlia Guimarães Perreira Messano
Diretoria de Política Sindical: Rosângela Carrusca Alvim

Conselho Fiscal

Presidente: Júlia Maria de Andrade
Vice-Presidente: Dalton Rocha Pereira
Secretário Geral: João Maurício Lima de Figueiredo Mota
1º Suplente: Edna Maria de Faria Viana
2º Suplente: Lênio Marques de Miranda